



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO EM PROCESSOS DE AMOSTRAGEM E REAMOSTRAGEM ESTATÍSTICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA - EPE** E A PUC-Rio, tendo como gestora administrativa a **FUNDAÇÃO PADRE LEONEL FRANCA, FPLF**.

A **EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA - EPE**, empresa pública federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com sede na Esplanada dos Ministérios Bloco "U", Sala 752, Brasília/DF, CEP 70.065-900 e escritório central na Praça Pio X, nº 54, Edifício Marques dos Reis, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.091-040, inscrito no CNPJ sob o nº 06.977.747/0002-61, neste ato representada pelas autoridades ao final identificadas e qualificadas, conforme Estatuto Social da EPE e Portaria EPE/PR nº 7, de 20 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 25/04/2023, Seção 1, pág. 121, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a **FACULDADES CATÓLICAS** Associação sem fins lucrativos, registrada sob o nº 20081202-1626028, em 9 de janeiro de 2009, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 33.555.921/0001-70, inscrição municipal nº 00.819.271, Mantenedora da **PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO**, Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES), com sede na Rua Marquês de São Vicente, 225, doravante denominada **Contratada, PUC-Rio**, neste ato representada conforme seu Estatuto, tendo como Gestora Administrativa a **FUNDAÇÃO PADRE LEONEL FRANCA**, fundação de direito privado sem fins lucrativos, de apoio a PUC-Rio, declarada de utilidade pública federal, pelo Decreto referente ao Processo nº 14.599/97-59 de 31/03/1998, e reconhecida como entidade de fins filantrópicos pelo CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social, em 06/03/1998, com sede na Rua Marquês de São Vicente, 225, Edifício Pe. Leonel Franca, Campus Universitário da PUC-Rio, Gávea, nesta cidade, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas 'do Ministério da Fazenda sob o nº 28.019.214/0001-29, neste ato, representada por seu Presidente Pe. Roberto Barros Dias, S.J. e por seu Vice-Presidente abaixo assinado, doravante, denominada **FPLF**, celebram o presente instrumento contratual, decorrente do processo de dispensa de licitação nº **DL.EPE.141/2023**, com fundamento no art. 67, inciso II do Regulamento de Licitações e Contratos da EPE (RLC/EPE), e no art. 29, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, conforme processo administrativo nº Processo 48002.901240/2023-34, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a prestação dos serviços de capacitação do corpo de funcionários da SEE da **CONTRATANTE**, *in-company*, sobre o tema reamostragem estatística, conforme proposta da **PUC-RIO**, datada de 09/10/2023 e Termo de Referência nº TR/EPE/DEA/SEE/002/2023, que integra o presente contrato independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – ESPECIFICAÇÃO

2.1. Os serviços a serem prestados pela **PUC-RIO** deverão obedecer às especificações descritas no Termo de Referência nº TR/EPE/DEA/SEE/002/2023, do processo de dispensa de licitação nº **DL.EPE.141/2023**.

CLÁUSULA TERCEIRA – VINCULAÇÃO

3.1. Este contrato se vincula em todos os seus termos e condições ao processo de contratação nº DL.EPE.141/2023, especialmente ao Termo de Referência nº TR/EPE/DEA/SEE/002/2023 e à proposta comercial de 09/10/2023, enviada pela **PUC-RIO**.

3.2. Havendo discrepância entre as disposições da proposta da **PUC-RIO** e as deste contrato, prevalecerão as do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. São obrigações da **PUC-RIO**, dentre outras previstas neste contrato e no termo de referência:

- a) designar um representante com poderes para decidir, junto à **CONTRATANTE**, todas as questões relacionadas ao contrato;
- b) observar o perfeito cumprimento do objeto do contrato, submetendo-se à mais ampla fiscalização por meio de representante designado pela **CONTRATANTE**;
- c) atender a todas as observações, reclamações e exigências efetuadas pela **CONTRATANTE** no sentido do adequado cumprimento do contrato;
- d) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados, sem prévia anuência da **CONTRATANTE**;
- e) comunicar à **CONTRATANTE** qualquer anormalidade, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados;
- f) ressarcir à **CONTRATANTE** eventuais custos decorrentes da necessidade desta recorrer a outras empresas, na eventualidade da **PUC-RIO** não conseguir cumprir o contrato, por sua exclusiva culpa;
- g) assumir como exclusivamente seus, os riscos e as despesas referentes à sua equipe de profissionais, incluindo transporte, refeições, encargos sociais e trabalhistas, assim como os materiais, equipamentos, instrumentos, transporte dos equipamentos, acessórios e demais serviços e providências necessárias à execução dos serviços discriminados;
- h) manter, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas;
- i) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à **CONTRATANTE**, devendo ressarcir-la imediatamente em sua integralidade, ficando a **CONTRATANTE** autorizada a

descontar dos pagamentos devidos à **PUC-RIO**, o valor correspondente aos danos sofridos;

- j) não empregar, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República, menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos e nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.2. São obrigações da **CONTRATANTE**, dentre outras previstas neste contrato e no termo de referência:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, por intermédio de funcionário especialmente designado, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas;
- b) proporcionar todas as facilidades necessárias à adequada execução do objeto;
- c) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **PUC-RIO**;
- d) efetuar os pagamentos devidos à **PUC-RIO** na forma convencionada e dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades necessárias;
- e) proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento do contrato;
- f) comunicar à **PUC-RIO**, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração ou do endereço de cobrança; bem como toda e qualquer ocorrência irregular relacionada com os serviços contratados;
- g) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **PUC-RIO**, de acordo com o estabelecido neste contrato, no termo de referência e na proposta comercial; e
- h) notificar a **PUC-RIO** por escrito e/ou e-mail da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do objeto contratado, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

5.1. O prazo de execução e vigência do contrato será de 5 (cinco) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA – VALOR

6.1. A **CONTRATANTE** pagará à **PUC-RIO** o valor total de **R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais)**, fixo e irrevogável, conforme proposta da **PUC-RIO**.

6.2. Estão incluídos no preço, além do lucro, todas e quaisquer despesas que onerem direta ou indiretamente a execução do objeto contratado e que sejam necessários à sua perfeita execução.

CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

- 7.1. A **FPLF**, gestora administrativa, deverá emitir a nota fiscal discriminada referente ao valor do objeto contratado e somente após a autorização de faturamento.
- 7.2. A **CONTRATANTE** pagará à **PUC-RIO** o valor referente ao objeto contratado e devidamente executado, nos termos deste contrato.
- 7.3. Os documentos de cobrança só serão aceitos quando acompanhados da respectiva Nota Fiscal, e encaminhadas para pagamento após aceite do fiscal da **CONTRATANTE**.
- 7.4. Todos os tributos e encargos incidentes, de qualquer natureza, já estão inclusos no preço total da proposta, não cabendo à **CONTRATANTE**, o pagamento e/ou reembolso de quaisquer outros valores não especificados na presente contratação.
- 7.5. A nota fiscal deverá vir acompanhada dos seguintes documentos comprobatórios da regularidade da **PUC-RIO** com as exigências legais, devidamente atualizados:
- Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais;
 - Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);
 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
 - Declaração de optante pelo Simples Nacional, caso seja aplicável;
 - Outros documentos necessários, de acordo com as obrigações legais/fiscais a ela exigíveis.
- 7.6. O pagamento de cada parcela, caso existente, se dará no prazo de até **15 (quinze) dias corridos** contados a partir da data de entrada da nota fiscal e dos documentos supramencionados no Protocolo Central da **CONTRATANTE**, condicionando-se à sua aprovação.
- 7.7. Para que a **CONTRATANTE** cumpra com suas obrigações, dentro dos prazos estabelecidos, relativos ao pagamento dos documentos de cobrança emitidos por conta deste contrato, a **PUC-RIO** deverá observar as disposições contidas nos itens a seguir.
- 7.8. A **PUC-RIO** emitirá o documento de cobrança e o apresentará à **CONTRATANTE**, no órgão abaixo identificado:

Empresa de Pesquisa Energética – EPE – Protocolo Geral

Praça Pio X, 54, 5º andar

Centro, CEP 20091-040, Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 06.977.747/0002-61

Inscrição Estadual: Isenta – Inscrição Municipal: 03.68707-4

7.9. Em caso de emissão de Nota Fiscal Eletrônica, esta deverá ser enviada para o e-mail: protocolo@epe.gov.br.

7.10. O prazo de **15 (quinze) dias corridos** será contado a partir da data de registro do documento no protocolo.

CT-EPE-070/2023

7.11. Dos documentos de cobrança deverão constar a discriminação dos impostos, taxas, contribuições parafiscais incidentes sobre o faturamento, conforme previsto na legislação em vigor, bem como, o número e o objeto deste contrato, não se admitindo, portanto, documentos que façam referência a diversos instrumentos contratuais.

7.12. A **CONTRATANTE** poderá, mediante procedimento legalmente previsto e de acordo com as demais disposições contratuais, efetivar as deduções, débitos, indenizações ou multas em que a **PUC-RIO** haja incorrido de quaisquer créditos decorrentes deste contrato.

7.13. Tais débitos, indenizações ou multas são, desde já, considerados pelas partes como dívidas líquidas e certas, cobráveis mediante execução forçada, constituindo este contrato em título executivo extrajudicial.

7.14. A **CONTRATANTE** efetuará a retenção de impostos, taxas e contribuições, quando devidos na fonte, em conformidade com a legislação em vigor.

7.15. Por força do Decreto Municipal nº 28.248/2007, do Município do Rio de Janeiro, a **CONTRATANTE** está obrigada a reter, a partir de 1/9/2007 o Imposto Sobre Serviço – ISS das empresas com domicílio fiscal fora do Município do Rio de Janeiro, que prestam serviço para este município mencionados nas hipóteses dos incisos de I a XXV do art. 3º da Lei Complementar nº 116/2003 e alterações posteriores, independentemente da obrigação do Cadastro no CEPOM ou mesmo de sua eventual revogação.

7.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **PUC-RIO** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela **CONTRATANTE**, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde: EM = encargos moratórios; I = 0,00016438 (índice de compensação financeira); N = n. dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga.

7.17. Os pagamentos decorrentes deste contrato serão efetivados pela **CONTRATANTE** por meio de depósito na seguinte conta corrente: Banco ITAU (341), Agência n. 1108 e Conta Corrente n. 04755-4.

7.18. A **CONTRATANTE** não se responsabiliza por qualquer despesa bancária, nem por qualquer outro pagamento não previsto neste contrato.

7.19. Desde já fica acertado que o comprovante de depósito bancário se constituirá em documento comprobatório de quitação das obrigações decorrentes deste contrato.

7.20. Fica vedado o desconto ou o endosso de duplicatas extraídas com base neste Contrato, não se responsabilizando a **CONTRATANTE** pelo pagamento se ambos forem verificados.

7.21. Em qualquer hipótese, a **CONTRATANTE** não se responsabilizará por acréscimos, bancários ou não, no valor das duplicatas, seja a título de juros, comissão, taxas de permanência e outros.

7.22. Na hipótese de ocorrência de erro ou de haver dúvida nos documentos de cobrança, a **PUC-RIO** deverá emitir novos documentos após ter sanado o erro e/ou esclarecido a

dúvida, contando-se novo prazo de **15 (quinze) dias corridos** para pagamento, a partir da respectiva apresentação à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA - DO ORÇAMENTO

8.1. A despesa desta contratação correrá à conta de recursos específicos consignados no orçamento da União, estando classificada, neste caso, no Programa de Trabalho nº 173513 e Natureza de Despesa nº 339039, na Nota de Empenho nº 2023NE000470, de 26/10/2023, no valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. O presente contrato será executado sob a fiscalização e acompanhamento do representante designado pela **CONTRATANTE**, que se incumbirá de fazer pedidos, receber e atestar os documentos de cobrança, bem como observar o fiel cumprimento do contrato.

9.2. O exercício, pela **CONTRATANTE**, do direito de fiscalizar a execução dos serviços não exonera a **PUC-RIO** de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui as suas responsabilidades.

9.3. A aprovação dos serviços executados pela **PUC-RIO** não a desobrigará de sua responsabilidade quanto à perfeita execução dos serviços contratados, como tampouco a ausência de comunicação por parte da **CONTRATANTE**, referente à irregularidade ou falhas, eximirá a **PUC-RIO** de suas responsabilidades.

9.4. A **PUC-RIO** permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da EPE, a **PUC-RIO** que:

- a) inexecutar total ou parcialmente quaisquer das obrigações assumidas em decorrência da presente contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal; e
- f) não mantiver a proposta.

10.2. As sanções relacionadas ao serviço contratado são aquelas previstas no item 7 do Termo de Referência da DL.EPE.141/2023.

10.3. Também fica sujeita à penalidade prevista na alínea “d” do item 7.2 do Termo de Referência a **PUC-RIO** que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação; e
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. As multas previstas neste contrato poderão ser descontadas de qualquer valor devido à **PUC-RIO** ou cobradas mediante processo de execução, na forma da lei processual civil.

10.5. A aplicação de quaisquer penalidades não impede que a **CONTRATANTE** rescinda unilateralmente o contrato, sem prejuízo do ajuizamento das ações cabíveis.

10.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **PUC-RIO**.

10.7. Todas as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESILIÇÃO E RESCISÃO

11.1. O presente contrato poderá ser resilido a qualquer tempo, pela **CONTRATANTE**, mediante comunicação formal à outra parte, com antecedência mínima de **60 (sessenta) dias**.

11.2. A **PUC-RIO** não poderá resilir unilateralmente o presente Contrato, salvo mediante comunicação formal à outra parte, com antecedência mínima de **75 (setenta e cinco) dias**, obrigando-se ainda a prestar os serviços necessários para transição de prestador(es) dos serviços deste contrato.

11.3. Constituirá motivo para rescisão imediata do Contrato pela parte inocente, independentemente de aviso prévio, a ocorrência de qualquer das seguintes situações:

- a) inobservância, descumprimento ou cumprimento irregular das obrigações deste contrato;
- b) pedido ou instauração de processo de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido ou decretação de falência, insolvência de qualquer uma das partes.

11.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados à **PUC-RIO** o contraditório e a ampla defesa.

11.5. Na hipótese de a **PUC-RIO** entrar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, ficará a critério da **CONTRATANTE** manter ou não o contrato.

11.6. As alterações deste contrato serão realizadas por termo aditivo, em comum acordo entre as partes, salvo aquelas que permitam simples apostilamento, nos termos dos arts. 84 a 88 do Regulamento de Licitações e Contratos da EPE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS

12.1. Todos os tributos eventualmente devidos pela execução dos serviços objeto deste Contrato correm por conta exclusiva da **PUC-RIO**, que também se responsabiliza pelo perfeito e exato cumprimento de todas as obrigações e formalidades que a Lei a ela atribua.

12.2. Os tributos, quando devidos na fonte, serão retidos na forma da Lei, de tal modo que os pagamentos a serem efetuados à **PUC-RIO** serão sempre ultimados pelo seu valor líquido.

12.3. Caso novos tributos sejam criados ou extintos após a assinatura deste Contrato ou caso seja modificada a base de cálculo e/ou alíquotas dos atuais, de forma a aumentar ou diminuir o ônus da **PUC-RIO**, modificando a economia contratual, será o preço revisado para mais ou para menos, de modo a cobrir as diferenças comprovadamente decorrentes destas alterações.

12.4. A **PUC-RIO**, não obstante o acima disposto, obriga-se, caso venha a ser autuada pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, no que concerne ao objeto deste Contrato, a defender-se com empenho e zelo perante as autoridades competentes.

12.5. Em face do disposto nesta cláusula, a **CONTRATANTE** não se responsabiliza pelo ressarcimento de quaisquer multas, correção monetária, penalidades, juros e outras despesas resultantes da não observância das obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias devidas pela **PUC-RIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

13.1. As PARTES declaram que se obrigam a atuar, em relação às informações eventualmente trocadas em razão do presente contrato, em conformidade com a legislação vigente sobre privacidade e proteção de dados pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018, bem como com as determinações complementares de órgãos reguladores e fiscalizadores sobre a matéria.

13.2. As PARTES se comprometem a manter sigilo e confidencialidade quanto às informações de que tratam a cláusula anterior, devendo dar ciência imediata à contraparte em caso de qualquer incidente e restando condicionada a transferência dos dados à terceiros, mediante expressa autorização da contraparte, salvo se realizada em estrito cumprimento de dever legal.

13.3. As PARTES se comprometem a orientar seus funcionários quanto ao tratamento de dados em conformidade com a legislação, sendo responsáveis exclusivos dos atos praticados pelos seus colaboradores em violação aos ditames legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ANTICORRUPÇÃO

14.1. As PARTES comprometem-se a observar e cumprir as cláusulas previstas no Contrato e os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, o Decreto nº 11.129, de

11 de julho de 2022, e, no que forem aplicáveis, as convenções internacionais que o país for signatário.

14.2. A **PUC-RIO** (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei nº 12.846/2013; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei nº 12.846/2013.

14.3. A **PUC-RIO**, no desempenho das atividades objeto deste Contrato, compromete-se perante a **CONTRATANTE** a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

14.4. A **PUC-RIO** obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em consonância ao Código de Ética, Conduta e Integridade da EPE, disponível no sítio eletrônico da **CONTRATANTE** (www.epe.gov.br > A EPE > Acesso à informação > Institucional > Comissão de Ética) e em conformidade com os preceitos legais vigentes no país.

14.5. O não cumprimento pela **PUC-RIO** das leis anticorrupção será considerado uma infração grave ao Contrato e conferirá à **CONTRATANTE** o direito de, agindo de boa-fé, declarar rescindido imediatamente o **CONTRATO**, sem qualquer ônus ou penalidade, sendo a **PUC-RIO** responsável por eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CESSÃO, SUBCONTRATAÇÃO E DAÇÃO EM GARANTIA

15.1. São expressamente vedadas a cessão e a subcontratação deste contrato, ainda que parciais, sem prévia anuência da **CONTRATANTE**.

15.2. É vedada, também, a dação em garantia deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – NOVAÇÃO

16.1. Não valerá como precedente ou novação, ou, ainda, como renúncia aos direitos que a legislação e o presente Contrato asseguram à **CONTRATANTE**, a tolerância, de sua parte, de eventuais infrações cometidas pela **PUC-RIO** a cláusulas deste Contrato.

16.2. Todos os recursos postos à disposição da **CONTRATANTE** neste Contrato ou na lei serão considerados como cumulativos, e não alternativos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

17.1. Fica vedada, no decorrer da execução contratual, a contratação de empregado ou prestador de serviços, por parte da **PUC-RIO**, que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na **CONTRATANTE**, observadas as definições trazidas no art. 2º do Decreto nº 7.203/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – MATRIZ DE RISCOS

18.1. A **CONTRATANTE** e a **PUC-RIO**, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Anexo I deste Contrato.

18.2. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da **PUC-RIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

19.1. A **CONTRATANTE** providenciará a publicação resumida do presente contrato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

20.1. O foro competente para qualquer ação ou execução decorrente deste contrato é o da Seção Judiciária do Distrito Federal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – ASSINATURA ELETRÔNICA

21.1. As Partes declaram e concordam que o presente instrumento, incluindo todas as páginas de assinatura e eventuais anexos, todas formadas por meio digital com o qual expressamente declaram concordar, representam a integralidade dos termos entre elas acordados, substituindo quaisquer outros acordos anteriores formalizados por qualquer outro meio, verbal ou escrito, físico ou digital, nos termos dos arts. 107, 219 e 220 do Código Civil.

21.2. Adicionalmente, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória 2.200-2, as Partes expressamente concordam em utilizar e reconhecem como válida qualquer forma de comprovação de anuência aos termos ora acordados em formato eletrônico, ainda que não utilizem de certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil, incluindo assinaturas eletrônicas na plataforma adotada pela **CONTRATANTE**.

21.3. A formalização das avenças na maneira supra acordada será suficiente para a validade e integral vinculação das partes ao presente Contrato.

E, por se acharem justas e PUC-Rios, assinam o presente instrumento em conjunto com as testemunhas abaixo.

ASSESSORIA JURÍDICA


CT-EPE-070/2023

Assinado digitalmente









Pág. 10 de 13

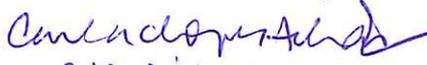
EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA - EPE

Rio de Janeiro 30 de novembro de 2023

Assinado digitalmente

FUNDAÇÃO PADRE LEONEL FRANCA

Testemunhas: Assinado digitalmente


SUPERINTENDENTE



Giovani Vitória Machado

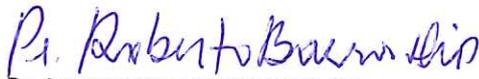
Diretor

EPE – EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA EPE - Mat. 02/0138



FACULDADES CATÓLICAS

Pe. Anderson Antonio Pedroso, S. J.
Reitor
PUC-RIO
CNPJ: 33.555.921/0001-70



Pe. ROBERTO BARROS DIAS S.J.
Presidente



Prof. Raul Rosas e Silva
Vice-Presidente

FUNDAÇÃO PADRE LEONEL FRANCA

Testemunhas:



Nome: FERNANDA LOPES DE FREITAS
CPF: 812.408.647-87



Nome: Leonardo J.S.B. Lucena
CPF: 121.156.037-61

ANEXO I
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – MATRIZ DE RISCOS

Risco	Descrição do Risco	Efeitos / Consequências	Medidas Mitigadoras	Alocação
Riscos quanto ao cumprimento de prazos	Atraso na execução do objeto contratual por culpa do Contratado	Aumento do custo dos serviços Indisponibilidade do objeto do contrato, total ou parcialmente	Diligência do Contratado na execução contratual	Contratado
	Fatos impeditivos da execução do contrato próprios ao risco ordinário da atividade empresarial	Aumento do custo dos serviços Indisponibilidade do objeto do contrato, total ou parcialmente	Planejamento empresarial	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do contrato que tenham sido determinados pela EPE, ou decorrentes de álea extraordinária	Aumento do custo dos serviços Indisponibilidade do objeto do contrato, total ou parcialmente	Monitoramento contínuo da execução contratual Reequilíbrio econômico-financeiro	EPE
Riscos da Atividade Empresarial	Alteração de enquadramento tributário do contratado, em razão do resultado financeiro ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento do custo dos serviços	Planejamento tributário	Contratado
	Variação da taxa de câmbio que comprovadamente repercute no valor do contrato	Aumento do custo dos serviços	Instrumentos financeiros de proteção cambial	Contratado
	Atraso em geral na entrega de documentações que impossibilitem o pagamento	Aumento do custo dos serviços	Planejamento empresarial	Contratado
	Elevação dos custos operacionais para a execução do objeto do contrato, que não ensejem reequilíbrio econômico-financeiro	Aumento do custo dos serviços	Monitoramento contínuo da execução contratual	Contratado
Risco da situação de regularidade	Não estar regular com a Seguridade Social (INSS e FGTS), ou com a Secretaria da Receita Federal do Brasil ou possuir Débitos Trabalhistas (Lei n.. 12.440/2011)	Cancelamento da contratação	Avaliação expedita da situação para reiniciar processo de contratação	EPE

Risco	Descrição do Risco	Efeitos / Conseqüências	Medidas Mitigadoras	Alocação
Riscos quanto à ocorrência de falhas na execução	Abandono do Contrato por parte da PUC-Rio	Não obtenção do objeto do contrato, no todo ou em parte	Diligência do Contratado na execução contratual	Contratado
	Absenteísmo dos profissionais do Contratado alocados na execução do objeto contratual	Indisponibilidade do objeto do contrato, total ou parcialmente	Substituir temporariamente os profissionais afastados	Contratado
	Descontinuidade do Fornecedor	Falta de manutenção e atualização do <i>software</i> . Rescisão do contrato, multas e penalidade legais cabíveis	Definição de fornecedor consolidado no setor e de uma ferramenta que tenha histórico de continuidade de fornecimento	Contratado

PROPOSTA DE CURSO DE TREINAMENTO IN HOUSE

CONCEITOS DE ESTATÍSTICA, AMOSTRAGEM, REAMOSTRAGEM E SÉRIES TEMPORIAS

Empresa de Pesquisa Energética - EPE

OBJETIVO

O objetivo da presente proposta é a execução de um curso de treinamento em Modelos Estatísticos, Conceitos Básicos de Amostragem e Reamostragem (Jackknife e Bootstrap) e Modelos de Previsão de Previsão e princípios de Simulação Estocástica focado na teoria e prática. Está previsto o treinamento dos *softwares* MS Excel e o *RStudio*. Almeja-se, assim, transmitir os conhecimentos de estatística com abordagens específicas para os assuntos relacionados a amostragem, reamostragem e simulação estocástica e como utilizá-los no contexto dos modelos de análise e previsão de séries temporais.

PÚBLICO ALVO

Empresas e profissionais que desejem adquirir e/ou substanciar seus conhecimentos em amostragem e reamostragem estatística e dos modelos de previsão de séries temporais.

METODOLOGIA

O curso é dividido em aulas teóricas e práticas. Nas aulas teóricas, inicialmente, é feita uma revisão de conceitos básicos de probabilidade e estatística que são necessários para um melhor entendimento dos conceitos de amostragem e dos modelos de previsão.

Em relação à modelagem estatística, são abordados alguns dos principais modelos de previsão que usam técnicas autoprotetivas (como os métodos de Amortecimento Exponencial e de Box & Jenkins) e modelos que consideram outras variáveis que não somente a série em estudo e que constituem os chamados modelos causais (modelo de Regressão Dinâmica, por exemplo).

No tocante à modelagem de cenários serão abordados os métodos de simulação de Monte Carlo, além de simulação de *Bootstrap*.

Nas aulas práticas faz-se o treinamento nos *softwares* MS Excel e *RStudio* (necessário instalação do *software* R), que servem como forma de aplicação dos conhecimentos adquiridos sobre os modelos estatísticos e de simulação, respectivamente. São utilizados como exemplos nas aulas, *cases* com dados simulados e com dados reais.

EMENTA

O treinamento consistirá em quatro grandes módulos:

1. Estatística descritiva, probabilidade, distribuições discretas e contínuas, intervalos de confiança, testes de hipótese.
2. Noções gerais de Séries Temporais.
3. Amostragem, especificação de erros, dimensionamento de amostras e expansão populacional.
4. Reamostragem: introdução ao Bootstrap, simulação de dados dependentes, prática de reamostragem em modelos do setor elétrico brasileiro.

DURAÇÃO

Curso com duração de 28 horas coberto em 7 encontros com 4 horas de duração a serem realizados nas datas: 01/11; 06/11; 22/11; 28/11; 29/11; 05/12 e 06/12.

INSTRUTORES

O curso será ministrado por:

- Prof. Reinaldo Castro Souza, PhD em Estatística pela Warwick University, UK, (1979)
- Prof. Fernando Cyrino, Doutor em Engenharia Elétrica pela PUC-Rio (2013).
- Prof. Maurício Lila, Doutor em Engenharia Industrial pela PUC-Rio (2023).

INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA

Para a realização do curso é necessário:

- Sala com computadores (recomenda-se 2 alunos por equipamento).
- Instalação dos *softwares* mencionados.
- 1 computador com *data-show* e quadro (branco, negro ou tipo *flip chart*).

PRÉ-REQUISITOS

- (i) Para o acompanhamento do curso requer-se conhecimentos mínimos básicos de probabilidade e estatística;
- (ii) Para melhor rendimento sugerimos que o número de participantes não ultrapasse 25 pessoas.

CUSTO TOTAL:

O custo total do curso é de R\$26.000,00 que devem ser pagos através de Nota de Empenho e faturamento por Nota Fiscal após a realização do evento.

EMPRESA RESPONSÁVEL PELA CONTRATAÇÃO

Fundação Padre Leonel Franca, (FPLF) da PUC-Rio.

DATA DE EMISSÃO DA PROPOSTA: 11/10/2023

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias corridos a contar da data de emissão

Contacto na FPLF:

Sr Celso Rodrigues Vitor; Responsável Contratos FPLF

Tel: 21-2540 6916 21- 994542925

e-mail: celso@fplf.org.br

Detalhes Bancários da FPLF

CNPJ: 28.019.214/0001-29

Banco ITAU (341)

Agência: 1108

C/C: 04755-4

De acordo
em 11/10/2023
Reinaldo Castro
Coordenador do curso



 <p>Empresa de Pesquisa Energética</p>	TERMO DE REFERÊNCIA TR/EPE/DEA/SEE/002/2023	Data: 10/10/2023
	Assunto: Contratação de capacitação em processos de amostragem e reamostragem estatística	

1. OBJETIVO

Este documento tem por objetivo especificar as condições para a contratação de uma capacitação do corpo de funcionários da SEE in-company sobre o tema reamostragem estatística.

2. JUSTIFICATIVA

Os métodos de amostragem e reamostragem estatística são amplamente aplicados em pesquisas e processos de coleta de dados, o que constitui uma área de conhecimento extremamente relevante para a execução de processos de coleta de estatísticas energéticas.

Dentro da sua atuação institucional, a EPE tem a responsabilidade de apurar e consolidar dados e produzir estatísticas relativas ao consumo e oferta de energia do Brasil. Estas estatísticas, por sua vez, subsidiam tanto a realização de diagnósticos quanto de estudos prospectivos para expansão do setor energético brasileiro.

As estatísticas produzidas pela EPE são consolidadas em diversas publicações como o Balanço Energético Nacional, o Anuário Estatístico de Energia Elétrica, além de um conjunto de planilhas, tabelas e documentos disponibilizados à sociedade.

Adicionalmente, a EPE realiza contratações envolvendo pesquisa de dados primários que precisam ser apurados por meio de processos de amostragem estatística ou até mesmo recorrer a metodologias de reamostragem estatística em função do tipo de dado pesquisado e do seu processo de coleta.

Portanto, no intuito de capacitar os colaboradores envolvidos na avaliação do resultado destas pesquisas, busca-se um curso de curta duração sobre processos estatísticos de amostragem e reamostragem, com destaque para aplicações em casos reais do setor energético no Brasil e no mundo.

3. EMENTA

3.1 Estatística descritiva, probabilidade, principais distribuições discretas, principais distribuições contínuas com ênfase na distribuição Gaussiana, intervalos de confiança e testes de hipótese, noção de séries temporais;

3.2 Amostragem estatística, incluindo tipos de amostragens, especificação de erros, dimensionamento de tamanho de amostras, expansão populacional;

3.3 Reamostragem, tipos de reamostragem: Jackknife e Bootstrap, como realizar reamostragem em amostras aleatórias e séries temporais, simulação via reamostragem, usos práticos de técnicas de reamostragem nos modelos estocásticos do setor elétrico.

4. CONDIÇÕES PARA O FORNECIMENTO DO SERVIÇO

4.1. Local e Horário

4.1.1. O curso será ministrado nas dependências da EPE a partir do dia 24 de outubro de 2023.

4.1.2. O curso terá carga horária total de 28 horas, divididas em 7 aulas de 4 horas.

4.1.3. A turma deverá ter um número máximo de 25 participantes.

4.1.4. Eventuais reorganizações do cronograma de aulas poderão ser combinados entre as partes, sem prejuízo deste Termo de Referência, desde que sejam iniciadas no ano de 2023.

4.2. Incidência de Custos

4.2.1. Todos os custos diretos e indiretos (tais como tributos, fretes, seguros etc.) a serem cobrados pela transação já devem estar embutidos no valor final da contratação não podendo a **Contratada**, de maneira nenhuma, alterá-lo após o fechamento do contrato.



4.2.2. A eventual gravação e/ou transmissão online do curso por parte da EPE não gera cobranças adicionais por uso de imagem ou direitos autorais pela **Contratada**.

4.2.3. A EPE não assumirá quaisquer despesas ou responsabilidades adicionais.

4.3. Exigências para a Contratada

4.3.1. A **Contratada** deve observar rigorosamente as obrigações assumidas na sua proposta e neste Termo de Referência, devendo ainda se comprometer a fornecer os serviços contratados atendendo a todos os itens da especificação solicitada.

4.3.2. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de qualificação exigidas.

4.3.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços objetos deste Termo de Referência, sem prévia e expressa anuência da EPE.

4.3.4. Instruir seus empregados ou prestadores de serviço a manterem sigilo a respeito das informações e quaisquer outros assuntos ligados ao evento que cheguem ao seu conhecimento por força da execução dos serviços.

4.3.5. Ressarcir a EPE de eventuais custos decorrentes da necessidade de esta recorrer a outras empresas, na eventualidade da Contratada não conseguir cumprir as cláusulas contratuais, por sua exclusiva culpa.

4.4. Obrigações da EPE

4.4.1. Fornecer, organizar e gerenciar o ambiente para a realização do curso.

4.4.2. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução e prestação do serviço no ambiente supracitado.

4.4.3. Comunicar à **Contratada**, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração ou de endereço de cobrança.

4.4.4. Pagar a importância correspondente ao fornecimento do objeto no prazo acordado, após a devida aprovação dos serviços prestados nos termos do item 5 (Condições de Faturamento e Pagamento) do presente Termo de Referência.

4.4.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **Contratada**.

4.4.6. Conferir os fornecimentos e atestar os documentos pertinentes, podendo sustar, recusar, mandar fazer, refazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com este Termo de Referência.

5. CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

5.1. A **Contratada** deverá emitir a nota fiscal discriminada referente a entrega do produto. O pagamento se dará após a prestação do serviço e a certificação por parte da EPE.

5.2. A nota fiscal deverá vir acompanhada dos seguintes documentos comprobatórios da regularidade da **Contratada** com as exigências legais:

- Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (CNDT);
- Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- Declaração de Optante pelo Simples Nacional, caso seja aplicável;
- Outros documentos necessários, de acordo com as obrigações legais/fiscais a ela exigíveis.

5.3. O pagamento se dará no prazo de até **15 (quinze) dias corridos** contados a partir da data de chegada da nota fiscal e dos documentos supramencionados no Protocolo Central da EPE, condicionando-se à aprovação da mesma.

5.4. A nota fiscal deverá ser enviada por meio digital para o endereço eletrônico protocolo@epe.gov.br, ressaltando-se que o prazo de **15 (quinze) dias corridos** será contado a partir da data de registro do documento no protocolo.

6. VALOR ORÇADO E DADOS DA CONTRATADA

6.1. O custo para a contratação é de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).

6.2. Os dados da contratada são:

RAZÃO SOCIAL: Fundação Padre Leonel Franca (FPLF)

CNPJ 28.019.214/0001-29



7. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa a **Contratada** que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não mantiver a proposta.

7.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nas alíneas do item 7.1 ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a EPE;
- b) Multa compensatória de até 20% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- c) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual da alínea "b" acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- d) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a EPE, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

7.3. Também fica sujeita às penalidades do art. 94, incisos I a III, do Regulamento de Licitações e Contratos da EPE – RLC/EPE, a **Contratada** que:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no RLC, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à EPE, observado o princípio da proporcionalidade.

7.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8. PRAZO DO CONTRATO

8.1 O prazo de vigência do contrato é de 5 (cinco) meses, com vigência a partir de sua assinatura.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2023.

Elaborado por:

Aprovado por:

Flávio Raposo de Almeida

Analista de Pesquisa Energética (SEE/DEA)

Gustavo Naciff de Andrade

Superintendente de Estudos Econômicos e Energéticos
(SEE/DEA)



03'.TR 002 2023.pdf

Documento número #2f4af49c-10b9-4560-b723-2cfb4d8fdbbc0

Hash do documento original (SHA256): 790c569db1f8c7c266c66d818d90d7b5ba056728a9d7449952f0f7d5de58d17b

Assinaturas

- ✓ **Flavio Raposo de Almeida**
CPF: 058.365.747-82
Assinou em 10 out 2023 às 17:34:09

- ✓ **Gustavo Naciff de Andrade**
CPF: 095.329.407-23
Assinou em 10 out 2023 às 17:42:53

Log

- 10 out 2023, 14:51:22 Operador com email maria.freitas@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 criou este documento número 2f4af49c-10b9-4560-b723-2cfb4d8fdbbc0. Data limite para assinatura do documento: 09 de novembro de 2023 (14:50). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 10 out 2023, 14:51:22 Operador com email maria.freitas@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: flavio.almeida@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Flavio Raposo de Almeida.
- 10 out 2023, 14:51:22 Operador com email maria.freitas@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: gustavo.andrade@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Gustavo Naciff de Andrade.
- 10 out 2023, 17:34:09 Flavio Raposo de Almeida assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail flavio.almeida@epe.gov.br. CPF informado: 058.365.747-82. IP: 201.17.120.109. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -22.9230959 e longitude -43.1835412. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.631.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 10 out 2023, 17:42:53 Gustavo Naciff de Andrade assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail gustavo.andrade@epe.gov.br. CPF informado: 095.329.407-23. IP: 177.47.116.40. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -22.9042 e longitude -43.1809. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.631.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.



10 out 2023, 17:42:53

Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 2f4af49c-10b9-4560-b723-2cfb4d8fdb0.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 2f4af49c-10b9-4560-b723-2cfb4d8fdb0, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.